

## A formação e a atuação do segundo gabinete parlamentarista republicano, na visão de *Manchete* (1962)

The formation and performance of the second republican parliamentary office, according to *Manchete* magazine (1962)

**Roberto Biluczyk**

Mestre em História

Universidade de Passo Fundo (UPF)

[rb.biluczyk@gmail.com](mailto:rb.biluczyk@gmail.com)

**Recebido em: 25/10/2021**

**Aprovado em: 16/12/2021**

**Resumo:** A renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, culminou em uma crise institucional, resolvida através de uma precipitada mudança de sistema de governo. A substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo impôs uma severa redução de poderes ao novo presidente, João Goulart, que coexistiu com três primeiros-ministros, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. Rechaçado pelo povo em um referendo, o modelo parlamentarista aplicado naquele período ganhou espaço na historiografia como um fracasso incontestável. Entretanto, ainda são poucos os estudos a aprofundar nuances desse contexto. Este artigo visa analisar como se deu a cobertura da revista *Manchete*, da Bloch Editores, diante do processo de substituição do primeiro gabinete, bem como da instalação, operação e queda do segundo gabinete, liderado por Francisco de Paula Brochado da Rocha, político e jurista sul-rio-grandense, aliado de Jango. Com auxílio de matérias veiculadas por *Manchete*, busca-se examinar nuances acerca da formação e da atuação da equipe governamental, em meio a esse diferenciado momento da política brasileira, algumas vezes ignorado pela historiografia.

**Palavras-chave:** *Manchete*; parlamentarismo; política brasileira.

**Abstract:** The resignation of President Jânio Quadros, on August 1961, culminated in an institutional crisis, resolved through a precipitous change in the system of government. The replacement of presidentialism by parliamentarism imposed a reduction of powers on the new president, João Goulart, who coexisted with three prime ministers between September 1961 and January 1963. Rejected by the people in a referendum, the parliamentary system applied in that period gained space in historiography as an indisputable failure. However, there are still few studies to deepen aspects of this context. This article aims to analyze how Bloch Editores' magazine *Manchete*

was covered in the process of replacing the first office, as well as the installation, operation and fall of the second office, led by Francisco de Paula Brochado da Rocha, politician and jurist from Rio Grande do Sul, an ally of Jango. With the help of articles published by *Manchete*, we seek to examine nuances about the formation and performance of the government team, in the midst of this different moment in Brazilian politics, sometimes ignored by historiography.

**Keywords:** *Manchete* magazine, parliamentarism, Brazilian politics.

### Considerações Iniciais

Primeiro presidente a tomar posse em Brasília (a nova capital federal construída durante o governo de Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático - PSD), Jânio Quadros, então filiado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), foi eleito em outubro de 1960, sustentando-se em um discurso moralista, reforçado pela excentricidade de seu comportamento, confundido com carisma (BENEVIDES, 1982, p. 8). Na mesma ocasião, João Goulart, o Jango, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi reeleito como vice-presidente da República. Jânio e Jango representavam projetos diferentes, porém, durante a experiência democrática brasileira (1946-1964), os presidentes e os vice-presidentes eram eleitos separadamente, o que facultava essa discrepância (FICO, 2016, p. 41).

No poder, Jânio Quadros exacerbou sua faceta autoritária, desprezando as instituições, causando descontentamentos em aliados e opositores. Perdendo paulatinamente sua sustentação política, o presidente renunciou ao seu mandato em 25 de agosto de 1961 (BENEVIDES, 1982, p. 76). O deputado federal Ranieri Mazzilli (PSD-SP), como presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência da República, uma vez que João Goulart, o sucessor natural, estava em missão internacional à China (FICO, 2016, p. 42). O retorno e a posse de Jango não estavam plenamente garantidos, encontrando resistências entre os ministros militares, que desconfiavam de Goulart e o identificavam a questões que lhes causavam espécie, como o sindicalismo, a esquerda e o comunismo (BATISTELLA, 2016, p. 230).

Diante da crise, movimentos populares começaram a agir em prol de João Goulart, visto como capaz de executar sensíveis reformas econômicas e sociais no Brasil. Um dos atos mais marcantes aconteceu no Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola (PTB) encampou a Rádio Guaíba e instalou no Palácio Piratini, sede do governo estadual, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, que gerou conteúdo para emissoras de todo o Brasil, em defesa da democracia. Rapidamente, a campanha ganhou adesão entre a população, ajudando a inibir os desejos golpistas dos militares. “Entretanto, isso não foi o suficiente para que Goulart assumisse a presidência aos moldes da Constituição e como exigiam Brizola e os legalistas” (PEREIRA, 2019, p. 308). Outros projetos direcionados à resolução dos impasses tramitavam no Congresso Nacional, como o que pretendia substituir o sistema de governo presidencialista pelo parlamentarista.

No parlamentarismo o presidente da República tomaria posse, mas perderia boa parte de suas competências para o presidente do Conselho de Ministros – nome oficial do primeiro-ministro<sup>1</sup>. A fórmula foi apresentada a João Goulart por Tancredo Neves (PSD-MG) – outrora deputado federal e ministro do governo de Getúlio Vargas – em Montevidéu, último dos locais onde o petebista aguardou a conclusão da crise. A ideia de mudar o sistema não era nova, tendo sido submetida inúmeras vezes à Câmara pelo deputado federal sul-rio-grandense Raul Pilla, do Partido Libertador (PL), sendo rechaçada em distintas oportunidades (ESTEVEZ, 1984, p. 22). Em setembro de 1961, a reintrodução do ideário parlamentarista objetivava a superação dos conflitos (FERREIRA, 2003, p. 348).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961 – conhecida como Ato Adicional –, o Brasil passou a ser uma República parlamentarista. O cargo de vice-presidente foi extinto, assim como a eleição direta presidencial. Destarte, o povo não poderia mais escolher o presidente da República, o chefe de Estado, que seria apontado indiretamente pelo Congresso Nacional para um mandato de cinco anos. Com poderes bastante limitados, o presidente

---

<sup>1</sup> O presidente do Conselho de Ministros, chefe de governo no sistema parlamentarista configurado no Brasil, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, costuma ser chamado de primeiro-ministro, premiê ou *premier*. Essa última expressão, de origem estrangeira, era de uso corriqueiro em *Manchete*.

da República mantinha a prerrogativa de indicar o primeiro-ministro, mas sua opção deveria ser validada pela Câmara. No que lhes tangia, o premiê e o Conselho de Ministros estavam sujeitos a moções de confiança e de desconfiança (ou de censura)<sup>2</sup> (BRASIL, 1961).

Ao ser empossado como presidente, em 7 de setembro seguinte, João Goulart escolheu Tancredo Neves para a presidência do Conselho de Ministros. O pessedista foi aprovado com vantagem na Câmara, permanecendo à frente do governo até junho de 1962. Sua substituição não se constituiu em uma tarefa fácil. Este artigo visa analisar o conteúdo publicado pela revista *Manchete*, no panorama político inerente ao encerramento das atividades do primeiro gabinete parlamentarista republicano e à instalação do segundo gabinete, liderado pelo primeiro-ministro Francisco de Paula Brochado da Rocha entre julho e setembro de 1962, enfatizando-se o conturbado processo de ascensão do político e jurista ao poder e sua breve presença na administração nacional – assuntos que passam algumas vezes despercebidos na historiografia e nos livros didáticos.

Em um contexto renovador, em meados do século XX, os historiadores adotaram novas metodologias e critérios que viabilizaram o uso de fontes inéditas, como a imprensa, em suas pesquisas, despertando, outrossim, a necessidade de reflexões sobre o tema. Maria Helena Capelato (1988, p. 13) pontua que “a imprensa registra, comenta e participa da história”, tornando-se um “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”. A historiadora salienta que a imprensa, “desde seus primórdios”, “se impôs como uma força política”, ao mesmo tempo utilizada e temida pelos detentores do poder. Capelato (1988, p. 21) ressalta ainda que os produtos de comunicação se materializam como instrumentos de “manipulação de interesses e intervenção na vida social”, sendo desenvolvidos por “sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.

---

<sup>2</sup> As moções são meios de avaliação e/ou destituição do gabinete parlamentarista, que se diferenciam em suas origens e se fundamentam nos votos dos deputados federais. A moção de censura (ou de desconfiança) parte de parlamentares opositores contra o primeiro-ministro ou um membro de sua equipe. Já a moção (ou voto) de confiança se origina no próprio governo, com o intuito de verificar quantitativamente sua base de apoio. *Grosso modo*, em caso de vitória do governo (ou do ministro), conserva-se o *status quo*. Se derrotado, ocorre a substituição do gabinete (ou do ministro específico).

Em busca de consolidação mercadológica, os periódicos precisam, não apenas atrair a um público-alvo, como manter suas atenções voltadas à lógica do lucro e ao interesse político, pois geralmente se originam no setor privado (CAPELATO, 1988, p. 18). Esse e outros fatores fazem com que o historiador necessite realizar uma leitura aprofundada de suas fontes. Tânia Regina de Luca (2008, p. 142) lista uma série de imperativos ao pesquisador que se prontifica a analisar a imprensa em suas investigações, sinalizando o dever de serem distinguidos os procedimentos internos adotados pela fonte, identificando-se os colaboradores e os responsáveis por sua publicação, evidenciando-se as opções estéticas, as apresentações materiais e o emprego de imagens.

A metodologia eleita para o desenvolvimento deste trabalho, a Análise de Conteúdo, contribui para a elucidação dos elementos requeridos, acima elencados. A leitura e a classificação do que está contido nas fontes se tornam o primeiro ato analítico, em passo anterior à descrição e à interpretação das informações, que se colocam como a etapa final (MORAES, 1999, p. 4). Tudo isso a fim de se desvendar sentidos ocultos em discursos simbólicos com múltiplos significados (BARDIN, 2000, p. 13-14). A necessidade de se conhecer quem fala, de que maneira e com que fins embasa o primeiro subtítulo deste artigo, que se detém em uma breve contextualização histórica da revista *Manchete*, de sua fundação ao recorte proposto.

A crise política e a posterior implementação do sistema parlamentarista, como foram exploradas por *Manchete*, serão ponderadas através de uma leitura panorâmica de conteúdos presentes em 43 edições do semanário. A queda do primeiro gabinete e as movimentações em prol da instalação do segundo gabinete, bem como seus atos administrativos, contarão com uma leitura intensificada de 16 volumes da revista carioca, sopesados sob os critérios detalhados. Sempre que necessário, essas informações serão comparadas com outras referências bibliográficas e fontes julgadas pertinentes, para uma melhor exposição e aproveitamento dos dados expressos pelo periódico.

### ***Manchete*: brevíssimo histórico contextual**

Em 1951, legislações favoráveis à importação de equipamentos e insumos gráficos – a serem empregados pela imprensa – foram sancionadas pelo presidente Getúlio Vargas, que almejava a modernização do país. No Rio de Janeiro, a família Bloch aproveitou o bom momento, aprimorando o maquinário de sua gráfica (NASCIMENTO, 2015, p. 28). Como consequência disso, a empresa ingressou em um novo filão, concebendo uma revista semanal ilustrada – formato mercadologicamente exitoso, à época. Assim, *Manchete* – publicada pela primeira vez com data de 26 de abril de 1952, um sábado<sup>3</sup> – deu início à sua trajetória.

Adolpho Bloch liderou a fundação de *Manchete*, juntamente com sua primeira esposa, Lucy Mendes Bloch, o primo Pedro Bloch e o jornalista Henrique Pongetti (NASCIMENTO, 2015, p. 28). O periódico se destacou pela qualidade das imagens que publicava, aliada à redação concisa e a presença de cronistas renomados entre seus colaboradores. A construção de Brasília, pouco explorada por *O Cruzeiro*, sua concorrente, ganhou ampla atenção nas páginas do semanário, que não poupou esforços para notabilizar essa e outras ações do governo de Juscelino Kubitschek, amigo pessoal de Adolpho Bloch (MUGGIATI, 2008, p. 83).

O direcionamento do semanário compreendia o predomínio das pautas de variedades e entretenimento, em atendimento às demandas do mercado, postura que manteve apesar das transformações ocorridas na imprensa, que ampliou seu potencial informativo. Salienta-se, porém, que notícias e análises sobre política sempre garantiram seus lugares no hebdomadário, principalmente em reportagens e na seção “Posto de Escuta”, criada em 1957. Outra característica

---

<sup>3</sup> Embora informasse o sábado como data-referência em sua capa – desde o primeiro número e durante os 48 anos seguintes –, a revista fechava sua edição na segunda-feira imediatamente anterior, sendo impressa às terças-feiras, chegando às bancas do Rio de Janeiro e de São Paulo às quartas-feiras. Tal agilidade não era válida para municípios mais distantes, uma vez que a Bloch Editores priorizava a distribuição de suas revistas por via rodoviária, o que frequentemente ocasionava atrasos na entrega dos exemplares (GONÇALVES; MUGGIATI, 2008, p. 26, 42-43). Esse fator pode ter interferido na falta de celeridade da revista em apresentar desdobramentos políticos de rápida repercussão e conclusão.

notável de *Manchete* era sua inclinação ao “otimismo”. Carlos Heitor Cony (2008, p. 64), que trabalhou mais de 30 anos na editora, afirmava que a revista “não falava mal de ninguém, não acusava ninguém, era otimista ao desvario, procurava ver o lado bom de tudo, o lado bonito e positivo”.

Do ponto de vista jornalístico, esse comportamento foi analisado e reprovado por pesquisadores, como Gesner Duarte Pádua (2013, p. 213), que cunhou o termo “cortesã do poder” para ressaltar a maleabilidade da linha editorial da revista, em favor do governo e da política vigente. Esse é um tema bastante complexo, que requer intensas reflexões. Pontua-se, contudo, que *Manchete* não estava desprovida de juízos de valor, que surgiam especialmente nas entrelinhas ou na escolha dos assuntos e dos personagens abordados, no compasso dos acontecimentos.

Em seus primeiros anos, *Manchete* foi comandada por diversos profissionais, em curtos períodos. Em 1959, a revista semanal consolidou definitivamente seu estilo ao contratar Justino Martins, então correspondente da Bloch Editores em Paris, como diretor. Na mesma época, Adolpho Bloch se tornou o principal proprietário da editora, diante do falecimento de seu pai e de dois de seus irmãos. “A *Manchete*, na verdade, foi o fruto do casamento tempestuoso do empresário [Adolpho Bloch] com o jornalista [Justino Martins]”, avaliou Roberto Muggiati (2008, p. 83), a quem coube, no futuro, substituir Martins no comando editorial do periódico.

Em 1962, o semanário comemorou dez anos de existência<sup>4</sup>. Em sua redação, no Rio de Janeiro, estado da Guanabara (GB), além do diretor Justino Martins, atuava o chefe de reportagem Arnaldo Niskier. Jornalistas, como Fernando Pinto, Raimundo Magalhães Júnior e Zevi Ghivelder, também compunham seus quadros. O setor de fotografia era gerenciado por Nicolau Drei e contava com fotojornalistas, como Gervásio Baptista e Jankiel Gonczarowska. Uma página ilustrada com charges, voltada ao humor e à crítica, estava à cargo de Claudius. A empresa possuía sucursais em Brasília – com Murilo Melo Filho e Jader Neves – e São Paulo e correspondentes em dez estados –

---

<sup>4</sup> A Bloch Editores teve sua falência decretada em 1º de agosto de 2000. A última veiculação de *Manchete* sob a marca de sua editora original foi a edição n° 2519, de 29 de julho de 2000. Uma cooperativa de ex-funcionários ganhou na Justiça o direito de continuar editando algumas das revistas Bloch, sem a mesma periodicidade, até 2002, quando os títulos foram arrematados pelo empresário Marcos Dvoskin, que por anos publicou edições especiais de *Manchete*. Mais tarde, Dvoskin manteve nas bancas unicamente a revista mensal *Pais & Filhos*.

no Rio Grande do Sul, Carlos Camargo – e oito metrópoles internacionais (EXPEDIENTE, 1962, p. 9).

### **Da instalação à substituição do primeiro gabinete**

Perante um delicado cenário, *Manchete* observou com cautela os desdobramentos que culminaram na instalação do sistema parlamentarista. O desfecho da crise foi, desde o início, contestado com base em pensamentos de políticos, como Juscelino Kubitschek, que se colocou contrário ao fim da eleição direta presidencial (MELO FILHO; PINTO, 1961, p. 32-34). O jornalista Raimundo Magalhães Júnior (1961, p. 38) efetuou análises acerca do aumento das responsabilidades do Congresso e recuperou nuances da precária execução do modelo administrativo durante o período imperial. O sistema parlamentar de governo era visto por ele como incapaz de solucionar os “principais problemas” enfrentados pelo Brasil.

O parlamentarismo não era um conceito completamente absorvido pelos partidos políticos. Enquanto o PL, sigla de menor expressão nacional, sustentava a implementação do sistema entre suas bandeiras desde seus primórdios, a UDN adotou o ideário somente em 1957, sem unanimidade (SILVA, 1989, p. 21). Em “Posto de Escuta” (1961, p. 83), uma fala do deputado Passos Porto (UDN-SE) demonstrava isso. “No dia seguinte ao da aprovação da emenda parlamentarista, eu passarei a ser o Raul Pilla do presidencialismo”, prometia o político, planejando seu engajamento, antes de se consumar a modificação. A mesma seção repercutiu posicionamentos de parlamentares, como Nelson Carneiro (PSD-GB), tido como um dos “artífices” do novo sistema.

O semanário carioca publicou várias outras ideias em oposição, ou ao parlamentarismo, ou à maneira como a mudança se deu, oriundas de personalidades da política, muitas das quais antagonistas entre si, como Leonel Brizola, aliado de Jango, e Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais e rival de Tancredo Neves. Já o deputado Ruy Ramos (PTB-RS) se destacou como uma das lideranças de um movimento que articulava “a reforma da reforma”, voltado a eliminar da

Emenda Constitucional nº 4, “tudo o que é inadequado às tendências e às tradições do Brasil”, sem necessariamente resgatar o presidencialismo (RAMOS, 1961, p. 28).

O jornalista Murilo Melo Filho (1961a, p. 26-29), ao avaliar a conclusão da crise, questionou o futuro e o sucesso do modelo administrativo. Para ele, só o tempo diria se o parlamentarismo seria aperfeiçoado ou suprimido. “Pois não há dúvida de que forças importantes, a começar pela da opinião pública, lutarão para devolver a Nação ao seu tradicional caminho presidencialista”, antevia o repórter, recordando que o povo decidiria em uma consulta eleitoral – programada na letra da lei para nove meses antes do fim do mandato de Jango (BRASIL, 1961) –, o destino da mudança estabelecida pelos congressistas.

O cartunista Claudius (1961, p. 106) resumiu, em uma ilustração, publicada em 23 de setembro de 1961, suas impressões sobre a situação em que João Goulart se encontrava. Cercado por pessoas que, em fileiras cerradas, representavam o Conselho de Ministros, a Câmara e o Senado, Jango não podia se mover para lado algum. O povo, por sua vez, permanecia afastado de todo esse processo, observando tudo à distância – e tentando entender as razões para a alteração nas regras do jogo político. Mesmo deixando transparecer suas reservas contra o parlamentarismo, *Manchete* deu um tratamento respeitoso a Tancredo Neves e a seu gabinete, apresentando breves biografias da equipe ministerial (13 À MESA, 1961, p. 24-25).

O primeiro Conselho de Ministros ficaria conhecido como o “gabinete de conciliação nacional”, pela tentativa de absorver as principais forças políticas, para que as demandas latentes, em especial na área econômica, fossem superadas, sem entretchoques (FERREIRA, 2003, p. 348-349). Em público, João Goulart propagava suas ideias reformistas, mesmo sem poder executá-las diretamente. Em *Manchete*, Tancredo garantia que realizaria as requeridas reformas – e que o parlamentarismo não era um empecilho para isso, desde que o gabinete contasse com o apoio do Congresso e da “opinião pública” (MELO FILHO, 1961b, p. 10-13).

A complexidade da política brasileira durante o período parlamentarista republicano dificulta a elaboração de uma síntese factual, a englobar a maioria das movimentações no jogo do poder. Nos

bastidores, segundo o historiador Jorge Ferreira (2003, p. 349-352), opositores persistiam na busca de artifícios antidemocráticos para destituir João Goulart. Os subterfúgios, contudo, não saíram do campo das ideias – pelo menos, naquele momento. No meio rural, as lutas se acirraram e o clamor pela reforma agrária recrudesciu. As reformas de base, que abarcariam mudanças em muitos aspectos da sociedade, continuavam na agenda de grupos de esquerda, interessados nas transformações que sobreviriam.

A cada semana, os jornalistas de *Manchete* se deparavam com novidades conexas ao novo sistema, principalmente no que tangia sua operação. Para Murilo Melo Filho (1961c, p. 6-9), dois meses depois da crise institucional de 1961, as “refletidas e demoradas” decisões do governo, intrínsecas ao parlamentarismo, não acompanhavam “o ritmo apressado dos problemas”, descontentando a “opinião pública”, pouco acostumada com a “lentidão”. Simultaneamente, os deputados federais e os senadores ainda não tinham tomado “consciência” da “parcela muito maior de responsabilidades” que agora lhes cabia, seguindo pouco presentes no Congresso Nacional, o que tendia a piorar com a proximidade das eleições de outubro de 1962, em que muitos buscariam novos mandatos.

Desde sua posse, João Goulart recebeu relevantes atenções da revista, não apenas por suas atividades no cargo presidencial, como também em sua vida pessoal e familiar, conservando-se como um protagonista da política. O exacerbado interesse do semanário por Jango pode ser interpretado como um reconhecimento à figura do presidente da República, que, mesmo com poucos poderes, mantinha seu estatuto de autoridade, herdado do recente passado presidencialista. O presidente do Conselho de Ministros, como um personagem oriundo do parlamentarismo, tornou-se um coadjuvante, acionado editorialmente em momentos pontuais.

A aproximação das eleições de outubro de 1962 impôs ao noticiário a emergência de uma nova pauta: a desincompatibilização do gabinete. Caso quisessem concorrer, os ministros deveriam pedir demissão do governo. A aproximação da data-limite para a ação, 7 de julho de 1962, gerava especulações sobre o futuro do ministério. Conforme Murilo Melo Filho (1962a, p. 18-19), a maioria

dos ministros não hesitaria em abandonar suas funções, em troca da segurança oferecida por um mandato eletivo, que melhor lhes asseguraria a “sobrevivência política”. O jornalista descartava que a saída da equipe se daria “por imposição de quem quer que fosse” (MELO FILHO, 1962b, p. 26).

Segundo historiadores, como Alessandro Batistella (2016, p. 240) e Jorge Ferreira (2003, p. 357), a desincompatibilização do gabinete com vistas ao pleito de outubro não passou de um pretexto adotado pela equipe ministerial para deixar o governo. Muitos ministros não compactuavam com os ideais reformistas de Goulart, cada vez mais perto das esquerdas e dos nacionalistas. Em *Manchete*, Melo Filho (1962b, p. 27) contemplava o panorama político, avaliando que, apesar dos desgastes do gabinete, sobretudo com a “opinião pública”, sua substituição não seria algo muito simples de se concretizar.

Para o jornalista, seria difícil para Jango “achar um líder político de alto gabarito, de grande capacidade política, de trânsito livre nos partidos, de aceitação garantida na Câmara, que não seja candidato às eleições de outubro e que não lhe crie atritos e dificuldades”. Por essa razão, na visão do repórter, Goulart e os ministros militares gostariam que Tancredo permanecesse no gabinete (MELO FILHO, 1962b, p. 26-27). Entretanto, o premiê e todos os ministros se demitiram no dia 26 de junho de 1962 (FERREIRA, 2003, p. 357). Pouco antes, João Goulart deu a conhecer sua primeira opção para a presidência do Conselho de Ministros: Francisco Clementino de San Tiago Dantas, petebista frequentemente elogiado por *Manchete* por sua atuação como ministro das Relações Exteriores, no gabinete Tancredo Neves.

San Tiago Dantas era um político moderado, da confiança de João Goulart, que compartilhava ideários com o presidente, como as reformas de base (BATISTELLA, 2016, p. 240). A indicação do novo premiê por Jango, anteriormente prevista em “Posto de Escuta” (1962a, p. 93), foi abordada em duas matérias. Na primeira delas, Murilo Melo Filho (1962c, p. 103) ressaltou que o presidente não estava disposto a recuar em sua escolha, que teria sido influenciada por uma conclusão: o novo gabinete não poderia ser “mediocre e bisonho”, devendo incorporar a “vontade popular”. Uma escolha desalinhada com os anseios do povo poderia significar, em seu parecer, um

“risco extremamente perigoso”, no “exato instante em que a situação nacional exige pulso forte e firme”, em virtude do agravamento da crise econômica.

O renome de San Tiago Dantas e seu enfrentamento às hostilidades de conservadores, que reprovavam a Política Externa Independente, ajudariam, segundo o jornalista, a credenciar o petebista para a dianteira ministerial. Não obstante, o repórter arrolou uma série de “obstáculos e dificuldades” a serem transpostos por Dantas para o êxito de sua indicação. “Esses entraves começam nos campos conservadores, ampliam-se nas áreas eclesiásticas e militares para acentuarem-se nos setores políticos”, enumerava. No que tocava a essa última esfera, Melo Filho (1962c, p. 103) julgava que o postulante teria grande aceitação no Congresso, comparando a situação porvindoura com a superação de uma moção de desconfiança contra o ministro, derrotada com facilidade na Câmara dos Deputados há poucas semanas.

Pesava contra o chanceler, no entanto, o fato de o PTB ser apenas a terceira maior bancada na Câmara, o que, a rigor, não proporcionaria a ele “condições numéricas” para garantir “um mínimo de estabilidade” ao gabinete, problema que um indicado do PSD não enfrentaria. Perante o que se observava, o repórter esperava que os impasses fossem prontamente resolvidos, de modo a evitar “um hiato perigoso e prejudicial ao funcionamento da máquina administrativa”, em um momento em que a população encarava “dramáticas dificuldades” interligadas à crise econômica, aos “sinais de inquietação e rebeldia em vários setores militares” e às insatisfações de conservadores. “Ou esse novo gabinete restaura a confiança popular no regime (sic)<sup>5</sup>, ou o parlamentarismo terá de ser urgentemente substituído. E o que virá depois, ninguém sabe”, asseverou o repórter (MELO FILHO, 1962c, p. 103).

---

<sup>5</sup> Invariavelmente, os jornalistas de *Manchete* utilizavam a palavra “regime” como sinônimo de sistema de governo. Consideramos o emprego da expressão um equívoco, pois “regime político” se direciona a outras configurações – a autocracia e a democracia, de acordo com Argelina e Marcus Figueiredo (1993, p. 15-16). Percebemos, no entanto, que esse é um mal-entendido comum, deliberadamente praticado em sociedade. Durante a redação deste artigo, de modo padrão, adotamos “sistema de governo” ao nos referirmos a parlamentarismo e presidencialismo – exceto quando se tratar de uma citação direta.

Na semana seguinte, Raimundo Magalhães Júnior (1962a, p. 6-9) recuperou muitos dos argumentos de Melo Filho (1962c, p. 102-103), salientando que Dantas se mostrava aberto ao diálogo e à “união nacional”. De acordo com o jornalista, a UDN e seu principal expoente, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, reagiram contra San Tiago Dantas. Lacerda tornou públicos seus ataques em uma transmissão televisiva, mesma mídia utilizada pelo petebista para declarar seu respeito ao governo, aos partidos, às instituições e às reivindicações das classes populares e das classes produtoras – acentuadas em seus antagonismos. Conforme o repórter, cúpulas de agremiações partidárias, como o PSD e o PL, também se posicionaram contrárias a Dantas, em notas divulgadas à imprensa.

Magalhães Júnior (1962a, p. 9) ponderava que, a seu ver, os partidos aparentavam enfraquecimento, devido à formação de frentes parlamentares que pareciam sobrepujar as siglas em suas mais básicas ações. Em meio a isso, o jornalista compreendia que somente votariam contra Dantas, políticos que tivessem “vocação oposicionista” e que estivessem preparados para conceber uma “resistência frontal ao governo” em suas campanhas de reeleição. Para ele, o apontamento monocrático do nome do chanceler pelo presidente resultaria em um “ousado e perigoso teste” para Jango, que, se vitorioso, poderia “liderar o país sem hesitações, decidida e firmemente”, através de San Tiago.

Isso, contudo, não aconteceu. San Tiago Dantas foi derrotado por um placar de 174 votos contrários a 110 a favor de sua designa o, na madrugada de 28 de junho de 1962. Para *Manchete*, a demissão do primeiro gabinete e a recusa congressual ao nome de Dantas provocaram a “primeira crise da Quinta República”. Essa nomenclatura temporal, inusual na historiografia<sup>6</sup>, foi aplicada pelo semanário para demarcar a organiza o da forma de governo republicana sob o parlamentarismo, a fim de distingui-la das feições da Quarta República, isto  , do estatuto político brasileiro anterior, inaugurado, em sua visão, com a promulga o da Constitui o de 1946 e encerrado com a crise de 1961 (SOUSA; PINTO, 1962, p. 9).

---

<sup>6</sup> Posteriormente, o termo “Quinta República” foi ressignificado para designar a ditadura militar, instalada em 1964.

Em seu editorial, Justino Martins (1962a, p. 7) refletiu que o problema político incitado pela renúncia de Jânio Quadros somente encontraria “uma solução inteiramente válida” em 7 de outubro, quando o cidadão votaria em seus candidatos “já consciente da importância capital atribuída ao Congresso pelo atual sistema parlamentarista”. Antes disso, as expectativas se voltavam ao desempenho do novo primeiro-ministro, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade (PSD-SP), segundo nome indicado por Jango.

O senador paulista não foi apoiado pelo PTB e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo rejeitado pela maioria dos parlamentares dessas duas siglas. Mesmo assim, foi escolhido com um placar de 222 votos a favor e 51 contra, na madrugada de 3 de julho. Em declarações para *Manchete*, o novo presidente do Conselho de Ministros afirmou que o povo precisava “aprender a odiar” a “inflação”, o “empreguismo”, os “especuladores”, os “golpistas” e os “algozes”, assegurando que defenderia a democracia e viabilizaria reformas administrativas (SOUSA; PINTO, 1962, p. 12).

Segundo Artur de Sousa e Fernando Pinto (1962, p. 8-13), a nova escolha de Jango era um reflexo de sua “grande habilidade política” e “capacidade estratégica”. Englobando múltiplos interesses, o senador trazia em si, a representatividade do PSD e da bancada paulista e um bom trânsito de articulação na maioria das legendas integrantes do Parlamento brasileiro. Sobre San Tiago Dantas, os jornalistas interpretavam que a indicação, mesmo frustrada, serviu ao propósito de Goulart, impulsionando o PTB e o próprio ex-chanceler como opções eleitorais para outubro. “O parlamentarismo se desacreditará se não resolver os problemas do povo”, advertiam, expondo que as áreas econômica e social encontravam questões prementes em suas agendas.

As fotografias que ilustraram a matéria sobre Auro de Moura Andrade, creditadas a Jader Neves e Jankiel, colocavam o político ao lado de João Goulart, de líderes políticos pessedistas e udenistas – seus grandes apoiadores –, de sua esposa, Beatriz, e dos filhos do casal (SOUSA; PINTO, 1962, p. 8-13). Na mesma edição, Claudius (1962, p. 106) explorou a sucessão com uma série de charges, onde tornou a perceber o afastamento do povo nas decisões que envolviam a formação do novo governo. Do mesmo modo, ironizou os conflitos inerentes, comparados por ele a uma luta de

gladiadores, e perguntou: “E agora? É o segundo primeiro-ministro ou o primeiro segundo-ministro?”.

Também naquele exemplar, foi publicada uma entrevista de Tancredo Neves para Fernando Pinto, efetuada no momento em que o político aproveitava “seus últimos dias na Granja do Ipê”, residência oficial do presidente do Conselho de Ministros. Neves ofereceu ao leitor um saldo de sua experiência como primeiro-ministro, refletindo sobre suas dificuldades e aprendizados na implementação do parlamentarismo. Indagado acerca da eficiência dos sistemas de governo, Tancredo tergiversou, constatando que a “máquina administrativa obsoleta, emperrada e insuficiente para atender aos objetivos nacionais” era o que realmente não funcionava no país (NEVES, 1962, p. 15).

Elogioso a João Goulart, Tancredo Neves (1962, p. 15) lamentava que a emenda que instaurou o sistema de gabinete no Brasil não houvesse recebido, em meio à crise de 1961, “maior meditação que lhe proporcionasse a harmonia e melhor sistemática doutrinária”. Em virtude da “pressão de acontecimentos políticos e militares”, o texto continha, de acordo com ele, “contradições, incongruências e anomalias” que impediam “o normal e mais eficiente funcionamento do regime (sic)”. Em sua perspectiva, as “arcaicas estruturas jurídicas e sociais” precisavam ser substituídas em “curto prazo”, a fim de se evitar uma guerra civil.

Apesar da facilidade encontrada por Auro de Moura Andrade em sua aprovação no Congresso, o novo primeiro-ministro foi rechaçado por movimentos sindicais, que deflagraram uma greve geral, consolidando uma manobra de João Goulart, que visava despertar a oposição das esquerdas contra o pessedista e desgastar o sistema parlamentarista (FERREIRA, 2003, p. 358). Sem condições de governar, Andrade rapidamente desistiu do cargo. A terceira indicação de Jango favoreceria, enfim, a emergência de um novo personagem: Francisco de Paula Brochado da Rocha, como se observará a seguir.

### **“O terceiro homem”: Francisco de Paula Brochado da Rocha e seu gabinete**

A instabilidade da política brasileira em 1962 transformou a substituição do Conselho de Ministros em uma grande comoção. A insatisfação popular, emergente nos primeiros dias de julho de 1962, produziu uma agitação de vultosas proporções, impulsionada por uma greve geral e por protestos em todo o Brasil (BATISTELLA, 2016, p. 240). Em *Manchete*, Justino Martins (1962b, p. 9) asseverou que, ao externar suas demandas, a “opinião pública” exigiu “uma solução, mesmo que temporária”, para a “crise de governo” “que já durava três semanas”, fazendo-se ouvir “da maneira tradicional pela qual se manifesta quando o caos político e a inércia administrativa dominam um país”.

No parecer de Martins (1962b, p. 9), os atos reivindicatórios deveriam ser vistos como uma “advertência” do povo às “cúpulas partidárias”, “enredadas pelo parlamentarismo, em Brasília”. Sua “Conversa com o Leitor” da edição nº 535, de 21 de julho de 1962, foi ilustrada com uma fotografia do terceiro indicado por João Goulart em menos de um mês: o jurista, professor e político Francisco de Paula Brochado da Rocha, retratado enquanto falava ao telefone. O novo premiê foi aclamado vencedor na madrugada de 10 de julho de 1962, ao obter 215 votos a favor e 58 contra sua indicação (ALMEIDA, 1995, p. 135).

Francisco Brochado da Rocha era porto-alegrense, integrante de uma tradicional família de políticos. O pai dele, Otávio Rocha, foi deputado estadual, deputado federal e intendente da capital sul-rio-grandense. Muitos de seus irmãos participavam ativamente da vida pública, assim como o próprio Francisco, que, à época de sua indicação, era secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, na gestão de Leonel Brizola, tendo ocupado anteriormente outras pastas em governos estaduais. Prestigiado professor universitário, Brochado da Rocha foi deputado estadual constituinte pelo PSD e atuou no breve governo do presidente Nereu Ramos (PSD) como consultor-geral da República (ANGELI; ALVES, 2019, p. 20).

De antemão, Fernando Pinto (1962a, p. 10) captou uma das principais implicações resultantes da aceitação de Francisco Brochado da Rocha como primeiro-ministro. Doravante haveria “dois

gaúchos no poder”, o presidente da República e o premiê. Para o repórter, a condição obedecia a uma “lógica incontestável”, uma vez que, depois da recusa a um representante de Minas Gerais e da desistência de um parlamentar paulista, o chefe de governo deveria se originar de outro dos mais importantes estados – no caso, o Rio Grande do Sul (PINTO, 1962b, p. 16). Conforme Pinto (1962a, p. 10), o político ocupou quarenta minutos na leitura de um discurso de vinte laudas datilografadas, onde elencou “pontos essenciais” ao governo que almejava construir e comandar.

O primeiro deles era a necessidade da pronta realização do “plebiscito”, em que o eleitor definiria o sistema de governo. A consulta eleitoral introduzida pela Emenda Constitucional n° 4 era tratada pelos políticos, pela imprensa e pela sociedade como um “plebiscito”, nomenclatura que perdurou na historiografia. A votação, na verdade, seria um referendo, pois versaria sobre um estatuto já estabelecido, o parlamentarismo (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 97). Para Brochado da Rocha, o Congresso, “na sua soberania”, era quem deveria decidir sobre o referendo e sua oportunidade de efetivação (PINTO, 1962a, p. 10).

A mesma edição informou que o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, havia entrado com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o intuito de que o órgão jurídico marcasse com “urgência” a data da votação. Em entrevista para Artur de Sousa, o udenista confessou seu descontentamento com a prática do sistema, cuja principal barreira, a seu ver, era o “despreparo político nacional”. O mandatário estadual, que afirmava ter subscrito, enquanto deputado, no passado, todas as emendas parlamentaristas de Raul Pilla, sustentava que o modelo administrativo, por si, não era o culpado por suas falhas operacionais (MAGALHÃES PINTO, 1962, p. 18-19).

Para Magalhães Pinto (1962, p. 18-19), o sistema de gabinete brasileiro era uma vítima das “condições anormais da época em que foi implantado” e da “forma jurídica que lhe deu vida”, fatores que lhe tiraram a “autenticidade”. Esse pensamento convergiu com o de Auro de Moura Andrade (1962, p. 19), entrevistado por Fernando Pinto, que também avaliou a falta de “autenticidade” do modelo. Para o senador, o povo estava descontente com o parlamentarismo por

não ter sido consultado e nem ter ratificado a mudança de sistema, desenvolvida como um mero artifício para “adiar a crise decorrente da renúncia do Sr. Jânio Quadros”.

De volta à observação da sessão da Câmara, *Manchete* ressaltou que Francisco Brochado da Rocha mencionou em seu discurso que, de posse do cargo, solicitaria aos parlamentares uma “delegação de poderes para fins específicos”. Disposto a garantir as eleições de outubro “dentro do império da lei”, o político requeria apoio para a aprovação de uma emenda que visava dar poderes constituintes ao próximo Parlamento. A delegação de poderes e a nova Constituinte eram interpretadas como recursos imperativos para “acelerar as reformas estruturais necessárias” e dar andamento a algumas das “medidas mais urgentes que o país reclama” (PINTO, 1962a, p. 10)

Ao fim de sua fala, Brochado da Rocha reiterou sua “posição de professor de Direito, de homem obediente à lei e às normas da Justiça”, comprometendo-se a ser “um delegado da Câmara e um servidor da Constituição” (PINTO, 1962a, p. 10). Em alusão à situação política e ao título de um filme britânico de 1949, Fernando Pinto (1962b, p. 16) e Raimundo Magalhães Júnior (1962b, p. 12) cognominaram o novo presidente do Conselho de Ministros como “o terceiro homem”, cujas falas foram recebidas de distintas maneiras pelos integrantes da Câmara dos Deputados.

O deputado Martins Rodrigues (PSD-CE), por exemplo, discordava da antecipação do referendo para o dia das eleições de outubro, mas afirmava que votaria em Brochado, rememorando que ele já havia composto os quadros pessedistas (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 12). O premiê pertenceu à ala autonomista do PSD sul-rio-grandense (PSDA), constituída no início da década de 1950. Em linhas gerais, essa dissidência preservava as diretrizes nacionais da agremiação, mantendo proximidade com o PTB – que, futuramente, absorveria muitos de seus membros. O diretório local do PSD, porém, destoava de tais entendimentos, opondo-se ao trabalhismo, distanciando-se das ideias e da imagem de Getúlio Vargas (KIEFFER; ASTURIAN, 2018, p. 49-50).

Para *Manchete*, Brochado da Rocha era “um homem situado acima das facções” por não possuir “qualquer compromisso partidário” (PINTO, 1962b, p. 16). Sua participação na Campanha da Legalidade e no governo de Leonel Brizola ajudam a comprovar a distância entre o político e o

PSD, no período. Ao mesmo tempo, ele não era associado pelos conservadores do Congresso à militância petebista (ALMEIDA, 1995, p. 136). A exemplo de Tancredo Neves, o jurista não estava exercendo cargos legislativos em 1962, acentuando a premissa do parlamentarismo de 1961, que permitia a promoção ao poder de políticos alheios à composição do Congresso Nacional.

Na sessão, o deputado Almino Affonso (PTB-AM), representando a sigla do presidente, expôs sua concordância com a indicação de Brochado da Rocha, endossando a necessidade da delegação de poderes para o enfrentamento dos “problemas populares”, pontuando que o recurso seria útil à Câmara dos Deputados, que logo se esvaziaria diante das eleições que se aproximavam. Entre lideranças de outras legendas, como o Partido Social Progressista (PSP), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Democrata Cristão (PDC), a exposição do postulante motivou homenagens e adesões (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 12).

O deputado Aurélio Viana (PSB-AL) elogiou Brochado da Rocha “por não prometer milagres” e criticou a implantação do sistema parlamentarista na crise de 1961. Essa posição não foi compartilhada por Pedro Aleixo (UDN-MG), que defendeu o sistema de gabinete, e por Raul Pilla (PL-RS), que acusava Jango de ter “violado as regras” do parlamentarismo, ao indicar San Tiago Dantas sem consultar os partidos e agenciar a aprovação de Auro de Moura Andrade sem lhe dar condições de governabilidade. O líder do PL negou os votos dos componentes de sua sigla ao contrarêneo, o que não interferiu no placar (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 12).

Segundo o periódico, naquele momento, o Congresso estava dividido em três correntes: os “transigentes”, “para os quais qualquer nome” a ser indicado por Jango para a presidência do Conselho de Ministros “serviria”, desde que os impasses fossem rapidamente resolvidos; os “radicais”, “que queriam a liquidação plena e total do parlamentarismo” através de uma nova emenda ou pelo referendo, cuja data deveria ser “antecipada por quaisquer meios e modos”; e os “parlamentaristas intransigentes”, grupo minoritário que queria “preservar o atual sistema”, sem que houvesse qualquer delegação de poderes ou fortalecimento de João Goulart (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 14).

As Forças Armadas, entendidas pela revista como as grandes responsáveis pela alteração administrativa, um ano após a crise que elas mesmas incitaram, pareciam, de acordo com Raimundo Magalhães Júnior (1962b, p. 14), estarem convencidas da “impraticabilidade do parlamentarismo, na forma em que ele fora promulgado”. De acordo com o jornalista, os militares viram “o país paralisado, enquanto os antagonismos políticos se exacerbavam, as agitações cresciam, os problemas se tornavam mais agudos” e as dificuldades do povo “ameaçavam levá-lo ao desespero”. Além disso, havia forte preocupação quanto à “preservação do princípio da autoridade”.

A queda do primeiro Conselho de Ministros implicou, outrossim, na vacância dos ministérios militares. Antes da demissão geral, contudo, Tancredo Neves nomeou subsecretários para responderem pelos expedientes das pastas (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962a, p. 8). Destarte, enquanto o novo governo não se instalasse, as instâncias não ficariam desassistidas, na letra prevista pela Emenda Constitucional nº 4. Segundo o semanário carioca, a presença dos subsecretários nos ministérios militares não foi bem recebida pelos oficiais-generais, que resistiam à autoridade dos encarregados ou não a reconheciam (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 14).

*Manchete* avaliava que, assim como acontecia com os parlamentares, as Forças Armadas se dividiam em três correntes. A primeira, considerada “avançada”, era a favor das reformas de base. Já a segunda, “moderada”, admitia “certas reformas”, desde que não fosse afrontado o “direito adquirido” e não se admitisse “a dissolução do vínculo conjugal” no capítulo constitucional que versava sobre a organização da família. A terceira era definida como “conservadora ou tímida”, ao pouco ou nada convir com as reformas, “acreditando que não há outros problemas além dos de disciplina e trabalho” no país. Todas, porém, se alinhavam na percepção de que era necessário antecipar o referendo sobre os sistemas de governo (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 14).

Deixando temporariamente as tensões de lado, *Manchete* focou na ascensão de Francisco Brochado da Rocha, celebrando-o por sua biografia. Fernando Pinto (1962b, p. 16) fundamentou sua reportagem em elogios de pessoas não identificadas pelo nome, as quais exaltavam a imagem do político. As opiniões de um “velho escrevente do foro”, de uma professora e de um parlamentar do

Rio Grande do Sul imprimiram tons de confiança e admiração ao premiê, lembrado por suas atividades laborais e públicas. O jornalista, desse modo, construiu um estilo de texto que flertava com o literário, posto que esses pareceres não podem ser comprovados jornalisticamente por terceiros, em razão do anonimato dos testemunhos.

Os predicados listados por esses elementos indiretos e anônimos credenciavam o político, em sua vida pública, como um “notável administrador”, comparável ao governador de São Paulo, Carvalho Pinto (PDC)<sup>7</sup>. A matéria, igualmente, expressou simpatia à “senhora Brochado da Rocha”, retratada ao lado do marido por Jankiel, em foto que ocupou uma página inteira. A esposa do presidente do Conselho de Ministros, que não teve seu nome citado na matéria, “viajou com o marido para Brasília e acompanhou, passo a passo, sua vitoriosa batalha parlamentar” (PINTO, 1962b, p. 16-17). Três semanas mais tarde, Jurema Caruso da Rocha, a “senhora Brochado da Rocha”, concedeu uma entrevista para Murilo Melo Filho.

O jornalista, que não assinou reportagens durante a nova crise, demonstrou em suas perguntas empenho em conhecer aspectos da vida pessoal e profissional do premiê e de sua família, utilizando Jurema como fonte. “A nova dama do Ipê”, como foi chamada pelo repórter, posou para uma fotografia junto a duas crianças<sup>8</sup>, lendo um exemplar de *Manchete* (ROCHA, 1962, p. 66-67) – mais precisamente o nº 535, nas páginas 16 e 17, onde ela aparecia ao lado do esposo, no dia da apresentação dele aos deputados (PINTO, 1962b, p. 16-17). Na entrevista, Jurema Caruso da Rocha relatou que a indicação de Francisco Brochado da Rocha por João Goulart foi inesperada e causou uma “surpresa agradável” ao casal (ROCHA, 1962, p. 66).

---

<sup>7</sup> Até com certa insistência, *Manchete* se mostrou interessada na corrida eleitoral do estado de São Paulo, disputada entre três fortes candidatos: Ademar de Barros (PSP), Jânio Quadros (PTN) e José Bonifácio Coutinho Nogueira (UDN). O hebdomadário deu grande atenção a esse último, representante da situação. Ao mesmo tempo, foram publicadas extensas reportagens que exaltavam os feitos de Carvalho Pinto no governo.

<sup>8</sup> Na imagem, Jurema Caruso da Rocha estava acompanhada de um menino e uma menina, que não tiveram suas identidades informadas na matéria, mas foram distinguidas como “filhos” do casal. Na verdade, Francisco e Jurema eram pais de um único filho, Otávio Francisco Caruso da Rocha (KORNIS, 2009), que apareceu em uma foto menor, em companhia da mãe. Descrito como “o filho mais velho” do casal, Otávio tinha 28 anos e, assim como pai, era formado em Direito. Outras informações a respeito do tema carecem de maiores investigações.

A esposa do premiê observava com naturalidade o ritmo de trabalho dele, cuja rotina já era bastante intensa em Porto Alegre, “guardadas as devidas proporções”. Desde que assumiu sua nova função, conforme ela, o primeiro-ministro se levantava às seis da manhã e seguia acordado, trabalhando, até frequentemente duas horas da manhã. Ela ressaltava, no entanto, que ele tinha boa saúde e se recuperava bem após poucas horas de repouso, adaptando-se com sucesso ao clima de Brasília, cuja construção foi por ela elogiada. “É um homem encantador, boníssimo, tranquilo, afável, de grande coração e bondade”, garantia a entrevistada sobre o esposo, revelando, outrossim, a fé católica do político, devoto de Nossa Senhora de Fátima (ROCHA, 1962, p. 66).

Em 28 de julho de 1962, *Manchete* publicou uma matéria sobre a nova equipe ministerial. Repetindo seu procedimento ante a instalação do gabinete Tancredo Neves, o semanário elaborou pequenas biografias dos ministros, frisando que alguns deles já haviam sido empossados e estavam trabalhando (MELO FILHO, 1962d, p. 68-69). De acordo com Murilo Melo Filho (1962d, p. 67), a constituição do gabinete “ensejou uma trégua” nos conflitos, com a abertura de um “crédito de confiança” ao premiê. Jango e Brochado da Rocha estavam em “completo entrosamento” – algo corroborado pela principal fotografia da reportagem, a evidenciar os “primeiros abraços do segundo gabinete” –, fator entendido como benéfico à gestão.

Conforme o jornalista, o governo de Brochado da Rocha teria a favor de si uma pretensa “liberdade de agir”, influenciada pela prioridade dada pelos congressistas às eleições. Em contrapartida, ele julgava que o novo Conselho de Ministros era um “gabinete provisório”, “com curto prazo de vida”, podendo “sobreviver” até, “no máximo”, 15 de março de 1963, quando os parlamentares eleitos em outubro de 1962 tomariam posse e constituiriam o “gabinete definitivo”. Para o repórter, uma virtual vitória do presidencialismo no referendo, ainda sem data para acontecer, transformaria o parlamentarismo, os gabinetes e a Emenda Constitucional nº 4 em meras “recordações de um ano e meio de pesadelos” (MELO FILHO, 1962d, p. 67).

Da lista veiculada, dois ministros não chegaram a tomar posse. José Ermírio de Moraes, apontado para o Ministério da Indústria e Comércio, optou por concorrer ao Senado, pelo estado de

Pernambuco (PANTOJA, 2009). Já o médico Marcolino Candau não assumiu o Ministério da Saúde, permanecendo à frente da Organização Mundial da Saúde (OMS) como diretor-geral (POSTO DE ESCUTA, 1962b, p. 23). As pastas seguiram aos cuidados de seus subsecretários. Há ainda, na historiografia, muitas informações desconhecidas sobre a composição do governo de Brochado da Rocha, principalmente com relação a esses ministérios.

Outros dois ministros tiveram suas adesões ao governo notabilizadas em entrevistas concedidas a Murilo Melo Filho. Na primeira delas, o jornalista conversou com o chanceler Afonso Arinos, que retornava ao posto que ocupou na gestão de Jânio Quadros, assegurando que a política externa brasileira seguia os rumos corretos (ARINOS, 1962, p. 28). Senador licenciado pela Guanabara e filiado à UDN, Arinos era um exímio defensor do parlamentarismo (SILVA, 1989, p. 21). Essas facetas, contudo, não foram exploradas pelo repórter, que preferiu dar atenção ao planejamento do trabalho do ministro, considerando fatos recentes a envolverem países, como o Peru, que havia sofrido um golpe de Estado há poucos dias.

Com o intuito de eliminar polêmicas a respeito da Política Externa Independente, que seguia enfrentando relutâncias nos setores conservadores, o ministro evitava classificar as práticas da chancelaria por sua “independência” ou “neutralismo”, embasando seus planos em um “trinômio”: a busca pela “personalidade nacional”; a contribuição do Brasil com a “paz mundial”, com oposição “a todo tipo de ensaios nucleares”; e a luta pelo “progresso social”, que, a seu ver, ganharia novo vigor com a realização do Concílio Ecumênico da Igreja Católica, que retiraria “a reforma social da área revolucionária, insuflando confiança e tranquilidade a centenas de milhões de homens” (ARINOS, 1962, p. 26-29).

Em 1962, o Ministério das Relações Exteriores permanecia no município do Rio de Janeiro. Afonso Arinos não via problema nisso, sustentando-se em um pensamento de Francisco Brochado da Rocha, que percebia que, “estando as embaixadas no Rio, seria conveniente que o Itamaraty não se transferisse agora, completamente, para Brasília”. Ademais, a nova sede ministerial se encontrava em estágio bastante inicial de construção. Segundo o ministro, uma linha direta de telex seria

instalada entre seu escritório e o gabinete do primeiro-ministro, dinamizando o contato entre o premiê e o chanceler (ARINOS, 1962, p. 29)

Mais tarde, o jornalista apresentou o novo ministro da Educação e Cultura, Roberto Lyra, com extensa trajetória acadêmica no campo do Direito. Para Melo Filho, Lyra era “uma das figuras mais discutidas do atual governo”, por sua disposição em dar sequência à transferência da sede do Ministério para Brasília, em atendimento à lei. Na entrevista, o ministro externou admiração pelo socialismo e afeição pelo Rio de Janeiro, procurando diminuir desconfianças contra suas ações na administração, listando os órgãos ligados à pasta que se manteriam na antiga capital e os que se mudariam para a nova (LYRA, 1962, p. 32-33).

Segundo a versão on-line do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, em verbete não-creditado, Roberto Lyra negociou com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a suspensão de uma greve nacional de universitários, deflagrada durante os protestos de 1962 (ROBERTO..., 2009). O ministro revelou para *Manchete* que visava introduzir os estudantes nos Conselhos Universitários, ofertando-lhes “representação com voz e voto”. Preocupado com o analfabetismo, comprometia-se com programas já preparados, dizendo que “não estaria sendo sincero se traçasse planos de longo curso” (LYRA, 1962, p. 33), confirmando nas entrelinhas, a percepção que os próprios ministros tinham sobre a efemeridade da gestão.

Em 18 de agosto de 1962, o semanário carioca publicou ao longo de uma página, duas fotografias e um breve texto, onde se registrou o momento em que Francisco Brochado da Rocha e sua esposa, Jurema, desembarcavam em Porto Alegre, visitando o município pela primeira vez desde que ele assumiu o cargo. Recepcionado por uma multidão, pelo casal Brizola, por integrantes da administração estadual, da Assembleia Legislativa e da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, atual UFRGS), onde lecionava previamente, o premiê reafirmou que “a delegação de poderes pelo Congresso” era “indispensável à execução de suas tarefas” como chefe de governo (CAMARGO, 1962, p. 18).

Conforme *Manchete*, o governo agia cada vez mais firmemente em prol de sua agenda, em um cenário de incertezas. O TSE delegou definitivamente ao Congresso, a marcação de uma data para o referendo, derrotando a tentativa de Magalhães Pinto (MELO FILHO, 1962e, p. 16-17). De acordo com “Posto de Escuta” (1962b, p. 23), o governador de Minas Gerais e o presidente da República, que não eram aliados políticos, não desistiram de buscar em conjunto, soluções sobre esse tema, reunindo-se por uma nova estratégia. Para Melo Filho (1962f, p. 12-13), tudo dependeria, na realidade, da “cooperação” e da atitude a ser adotada pelos congressistas sobre o assunto.

Os deputados, focados em suas campanhas e distantes de Brasília, dificultavam a formação de quórum para quaisquer deliberações. Suas atividades ficaram restritas ao chamado esforço concentrado, onde vários projetos eram votados em determinado espaço de tempo (MELO FILHO, 1962g, p. 14-15), algo que, naturalmente, enfraquecia o parlamentarismo, altamente dependente das casas legislativas. Mesmo assim, a busca pela delegação de poderes encontrava resistências, sendo afetada pela recepção negativa a um projeto de Lei de Interpretação, oriundo do gabinete, que pedia esclarecimentos sobre a redação do Ato Adicional, imprecisa sobre a data do referendo (ALMEIDA, 1995, p. 137).

O cientista político Alberto Carlos Almeida (1995, p. 136) enfatiza que “as divergências entre gabinete e Parlamento poderiam ter sido contornadas”, mas foram amplificadas pela postura de combate de João Goulart contra o parlamentarismo. Para Murilo Melo Filho (1962g, p. 14-15), todavia, Jango vinha se configurando como uma peça-chave para a harmonização das relações entre as partes, atuando nos bastidores em diálogos com parlamentares, governadores e lideranças partidárias, “salvando a democracia”. As edições de *Manchete*, publicadas durante a vigência do segundo gabinete, continuavam celebrando os atos de Goulart como um líder, alçando-o a um patamar diferenciado, relegando ao primeiro-ministro, um papel secundário (MELO FILHO, 1962g, p. 14-15).

Maria Victoria Benevides (1993) salienta que Brochado da Rocha declarava que se via “impossibilitado de governar” em um sistema de governo “legal”, mas não “legítimo”,

posicionamento igualmente repercutido por *Manchete*, que via coerência no discurso e nas ações do presidente do Conselho de Ministros (MELO FILHO, 1962f, p. 13). Em uma corrida contra o tempo, as relações entre o governo e o Parlamento seguiram cada vez menos amistosas. Líderes sindicais, políticos e militares nacionalistas pressionavam o gabinete no sentido de que continuasse a solicitar a delegação de poderes, propondo a data de 7 de outubro para o referendo, que deveria, portanto, acontecer juntamente com as eleições (KORNIS, 2009).

Em um novo esforço concentrado, iniciado em 10 de setembro de 1962, os deputados “voaram para Brasília”, “abandonando suas campanhas eleitorais” por uma semana para discutirem tópicos de interesse à administração (MELO FILHO, 1962h, p. 16-17). O caráter procrastinatório das disposições dos parlamentares quanto à efetivação dos pedidos de Brochado da Rocha gerou, de acordo com Melo Filho (1962h, p. 18), um “estado de cansaço geral nos partidos, na imprensa, na opinião pública, no governo e no Congresso”, alcançando o máximo do limite aceitável. Os deputados ganhavam, agora, uma chance para concluir esse debate, eliminando-se “rumores de golpe, boatos de subversão, notícias de pânico, perspectivas de caos”.

“Os dias da decisão” culminaram com a queda do gabinete de Brochado da Rocha, em 14 de setembro de 1962. Sem conseguir aprovar suas requisições, o premiê deixou o posto, rumando imediatamente para Porto Alegre (KORNIS, 2009). Uma nova greve geral foi deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que também articulou os atos de julho (FERREIRA, 2003, p. 359). No dia seguinte, o Congresso, sob pressão, autorizou a antecipação do referendo para 6 de janeiro de 1963, encarregando João Goulart de organizar um gabinete interino a vigorar até a data. Hermes Lima (PTB), então ministro do Trabalho, tornou-se o primeiro-ministro, acumulando o cargo de chanceler (KORNIS, 2009).

Uma fotografia da equipe demissionária deixando o Congresso marcou o fim da cobertura a respeito do governo de Brochado da Rocha, com pouco aprofundamento de detalhes. O desfecho dessa nova crise, segundo Melo Filho (1962i, p. 8-13), deixou “limpo”, “o caminho para as reformas”, uma vez que “Jango pode organizar à vontade o novo gabinete, o que já correspondeu a

um ato típico do regime (sic) presidencialista”. Para Justino Martins (1962c, p. 7), o sistema parlamentarista “estava predestinado, no Brasil, à inoperância”. Assim, o modelo administrativo consolidou seu descrédito nas páginas do semanário. O retorno ao antigo sistema de governo já era dado como certo.

### **Considerações Finais**

Ao nos depararmos com a necessidade de melhor entender o período parlamentarista republicano (1961-1963), em virtude de outras pesquisas desenvolvidas, as quais demandavam tais conhecimentos, constatamos duas carências na historiografia relativa a esse espaço temporal. A primeira remete ao desprezo pela experiência administrativa, que, possivelmente por seu fracasso, passa despercebida em alguns trabalhos a abordarem a História do Brasil. O segundo ponto de discórdia se evidencia em um desencontro de dados a respeito de seus partícipes, de maneira especial no que toca aos chefes de governo e às equipes ministeriais.

Como forma de sanar tais discrepâncias, pesquisamos as características do sistema parlamentarista de 1961 em bibliografias e em veículos de comunicação social. Por fim, elegemos a revista *Manchete* como fonte, por já trabalharmos com ela em outros contextos, muitos dos quais similares ou convergentes aos nossos anseios acadêmicos. O uso de uma única fonte, obstáculo imposto pelo volume de informações obtidas e pelo limite de tamanho do artigo elaborado, não impõe demérito aos nossos resultados – muito pelo contrário.

Dessa experiência, concluímos que a apresentação de variadas personalidades da política em tintas positivas combinava perfeitamente com o estilo do hebdomadário da Bloch Editores, que preferia celebrar o alvo de suas atenções. A operação da imprensa no contexto se desenvolvia de modo mais saliente, com menor influência da camuflagem da fictícia “objetividade” ou “imparcialidade”, que se interpôs nos veículos de comunicação social nos anos porvindouros. Os

dados e os posicionamentos de *Manchete* acerca dos temas aqui pormenorizados contribuem, outrossim, para o direcionamento de novas pesquisas afins.

Ao mesmo tempo em que políticos eram enaltecidos como pessoas, fossem quem fossem, algumas de suas ideias, entendidas como controversas, encontravam pontuais oposições no discurso da revista, com críticas sutis. Era o que acontecia com o sistema de governo parlamentarista. Combatido por personagens, como Juscelino Kubitschek, pessedista, presidencialista e detentor de uma indisfarçada amizade com Adolpho Bloch, o sistema de gabinete teve dificuldades em ser absorvido pela linha editorial do semanário.

Quanto às esferas de poder, *Manchete* difundia sem rodeios a liderança de João Goulart, pouco afinado com sua orientação política, mas empenhado na restauração do presidencialismo. Na visão do semanário, se o parlamentarismo não era um sistema ruim, ele estava, ao menos, deslocado na organização política e administrativa brasileira, assumindo o papel de culpado pelas crises e pela insatisfação popular. A revista, ao velar pela moderação e pela transigência, discordava das atitudes, mas não insultava a pessoa por trás delas.

Nos conteúdos de *Manchete*, percebe-se também que suas datas de fechamento e de capa tornavam algumas de suas análises defasadas jornalisticamente. Acontecimentos de rápida conclusão perdiam suas feições de novidades, ante a ausência de celeridade na apresentação de seu produto. Tal fator – observado, por exemplo, nos desfechos da crise institucional de 1961 e na rejeição ao nome de San Tiago Dantas pela Câmara – não afeta, contudo, a pesquisa histórica, tendo provavelmente se tornado um inconveniente maior para os donos das bancas que vendiam exemplares da revista e para o grupo que a editava e a imprimia.

Detecta-se, igualmente, uma vultosa preocupação dos jornalistas do semanário com a “opinião pública”. Se, por um lado, diziam captar os pensamentos do povo, por outro, tentavam interferir e formar o mesmo através de uma seleção de prioridades, em um exercício manipulativo típico da imprensa. Apesar da efervescência de temas conexos ao entretenimento, a editoria de

política se manteve atenta às configurações advindas da troca do Conselho de Ministros e das ações do novo gabinete, conservando seu espaço.

O parlamentarismo proporcionou a ascensão ao poder de Francisco Brochado da Rocha, que não fazia parte do catálogo de notáveis, tão variado como exótico, de *Manchete*. Para a revista, a coerência do premiê se nutria na insistência com que solicitava a conclusão de suas demandas. A delegação de poderes e a antecipação do referendo ganharam objeções tardias dos deputados, em um cenário marcado pelo descrédito popular sobre a classe política e pela tutela militar, indesejáveis permanências no panorama brasileiro. Tão efêmera quanto a existência do segundo gabinete foi a presença do político sul-rio-grandense nas páginas da revista e na vida pública nacional.

O segundo premiê republicano faleceu em 26 de setembro de 1962, apenas doze dias após deixar a presidência do Conselho de Ministros. A repentina morte de Francisco Brochado da Rocha, aos 52 anos, recebeu uma cobertura fotográfica que expressa, mais em imagens do que em palavras, o sentimento de seus conterrâneos, reunidos em multidão no cortejo fúnebre do político (AVELINO, 1962, p. 118-119). A tristeza de sua família também se notabilizou na seleção das fotografias – sem polêmicas, sem prejuízo a terceiros. *Manchete* ajuda a entender nuances do período parlamentarista de 1961-1963, assunto de peculiar complexidade que merece ser ainda mais explorado pela pesquisa histórica.

## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes

13 À MESA. **Manchete**, nº 492, 23 set. 1961, p. 24-25.

ANDRADE, Auro de Moura. Por que renunciei – Entrevista concedida a Fernando Pinto. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962, p. 18-19.

ARINOS, Afonso. O Itamaraty está certo – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 537, 4 ago. 1962, p. 26-29.

AVELINO, José. Brochado: Último ato. **Manchete**, nº 547, 13 out. 1962, p. 118-119.

- CAMARGO, Carlos. O Rio Grande recebeu com entusiasmo o novo *premier*. **Manchete**, nº 539, 18 ago. 1962, p. 18.
- CLAUDIUS. Claudius e o novo gabinete. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962, p. 106.
- CLAUDIUS. Parlamentarismo. **Manchete**, nº 492, 23 set. 1961, p. 106.
- EXPEDIENTE. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962, p. 9.
- LYRA, Roberto. Um programa em três letras: ABC – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 539, 18 ago. 1962, p. 32-33.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. O novo gabinete será forte e terá delegação de poderes, conferida pela Câmara dos Deputados, para fins específicos. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962b, p. 12-15.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. San Thiago: Teste de Jango. **Manchete**, nº 533, 7 jul. 1962a, p. 6-9.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Um salto sobre o abismo: Brasil, República parlamentarista. **Manchete**, nº 491, 16 set. 1961, p. 36-39.
- MAGALHÃES PINTO, José de. Urgência para o plebiscito – Entrevista concedida a Artur de Sousa. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962, p. 18-19.
- MARTINS, Justino. Conversa com o leitor. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962a, p. 7.
- MARTINS, Justino. Conversa com o leitor. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962b, p. 9.
- MARTINS, Justino. Conversa com o leitor. **Manchete**, nº 545, 29 set. 1962c, p. 7.
- MELO FILHO, Murilo. Agosto: mês dramático. **Manchete**, nº 539, 18 ago. 1962e, p. 16-17.
- MELO FILHO, Murilo. História secreta da crise. **Manchete**, nº 492, 23 set. 1961, p. 26-29.
- MELO FILHO, Murilo. Jango quer San Thiago. **Manchete**, nº 532, 30 jun. 1962c, p. 102-103.
- MELO FILHO, Murilo. Jango salvou a democracia. **Manchete**, nº 541, 1 set. 1962g, p. 14-15.
- MELO FILHO, Murilo. Jango: “Agora vamos arregaçar as mangas”. **Manchete**, nº 545, 29 set. 1962i, p. 8-13.
- MELO FILHO, Murilo. O dia D do gabinete. **Manchete**, nº 527, 26 maio 1962a, p. 18-19.
- MELO FILHO, Murilo. O gabinete não cairá, sairá. **Manchete**, nº 529, 16 jun. 1962b, p. 26-27.
- MELO FILHO, Murilo. Os dias da decisão. **Manchete**, nº 544, 22 set. 1962h, p. 16-18.
- MELO FILHO, Murilo. Plebiscito ou caos. **Manchete**, nº 538, 11 ago. 1962f, p. 12-13.
- MELO FILHO, Murilo. Primeiros abraços do segundo gabinete. **Manchete**, nº 536, 28 jul. 1962d, p. 66-69.

MELO FILHO, Murilo; PINTO, Fernando. A hora da decisão. **Manchete**, nº 491, 16 set. 1961, p. 30-35.

NEVES, Tancredo. O novo regime fará as reformas – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 495, 14 out. 1961, p. 10-13.

NEVES, Tancredo. Reforma ou guerra civil – Entrevista concedida a Fernando Pinto. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962, p. 14-15.

PINTO, Fernando. Dois gaúchos no poder. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962a, p. 10-11.

PINTO, Fernando. O terceiro homem. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962b, p. 16-17.

POSTO DE ESCUTA. **Manchete**, nº 531, 23 jun. 1962a, p. 92-93.

POSTO DE ESCUTA. **Manchete**, nº 538, 11 ago. 1962b, p. 22-23.

RAMOS, Ruy. A reforma da reforma – Entrevista concedida a Raimundo Magalhães Júnior. **Manchete**, nº 494, 7 out. 1961, p. 28-30.

ROCHA, Jurema Caruso da. A nova dama do Ipê – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 538, 11 ago. 1962, p. 66-67.

SOUSA, Artur de; PINTO, Fernando. Novo governo, novas esperanças. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962, p. 8-13.

## 2. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alberto Carlos. O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4/5, p. 131-148, 1995.

ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. **Imagens da política na experiência democrática: o acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha (1945-1962)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)**. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEVIDES, Maria Victória. O Plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. **Lua nova, revista de cultura e política**. Estado reforma e desenvolvimento. n. 28/29, p. 75-83, 1993.

- BILUCZYK, Roberto. **Da Constituinte ao Plebiscito**: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas *Manchete* e *Vêja* (1987-1993). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021. 269f.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. Institui o Sistema Parlamentar de Governo. Disponível em: Acesso em: 1 out. 2021.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CONY, Carlos Heitor. A linha da revista. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 57-76.
- ESTEVES, Eunice Maria de Souza. **O Pensamento Parlamentar e o Parlamentarismo no Brasil (1946-1961)**. Brasília: Fundação Pró-Memória, 1984.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-417.
- FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**: da Morte de Vargas aos Dias Atuais. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. **O plebiscito e as formas de governo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. A Janela do Russell. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 21-53.
- KIEFFER, Tiago de Moraes; ASTURIAN, Marcos Jovino. O Partido Social Democrático Autonomista (PSDA): apontamentos preliminares de pesquisa. **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 35-53, dez. 2018.
- KORNIS, Mônica. Francisco de Paula Brochado da Rocha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUGGIATI, Roberto. A torre de papel. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 77-100.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **“Aconteceu: Virou Manchete”**: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 146f.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 2, p. 213-222, 2013.

PANTOJA, Sílvia. José Ermírio de Moraes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

PEREIRA, Andre de Souza. Passo Fundo na Campanha da Legalidade: a mobilização popular através da imprensa. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiowan Vinicius. **Passo Fundo: Estudos Históricos**. Passo Fundo: Acervus, 2019, v. 1, p. 303-330.

ROBERTO Tavares de Lyra. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

SILVA, José Afonso da. Presidencialismo e Parlamentarismo no Brasil. **Revista de Ciência Política**, v. 33, n. 1, p. 9-32. nov./jan. 1989/1990.